

Controlador Programável para a
indústria de processos.

Maxitec
Sua programação é a chave da produtividade

CONSTITUINTE

Congresso deve modificar emenda

por Carlo Iberê de Freitas
de Brasília

O Congresso Nacional fez ontem a leitura da proposta de emenda à Constituição convocando a Assembléia Nacional Constituinte enviada pelo presidente José Sarney. Também foi formada uma comissão mista que vai cuidar das emendas à proposta, que poderão ser feitas em oito sessões legislativas, tendo a comissão trinta dias para apresentar seus pareceres. Foi nomeado presidente da comissão o senador Helvídio Nunes (PDS-PI) e como relator o deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP).

A emenda enviada pelo presidente José Sarney decreta que os membros do Senado e da Câmara se reunirão unicameralmente em Assembléia Nacional Constituinte, no dia 31 de janeiro de 1987. Determina que o presidente do Supremo Tribunal Federal instalará a Assembléia e dirigirá a sessão de eleição do seu presidente. Quanto à promulgação do texto constitucional, a emenda determina que ela será feita no curso da primeira sessão legislativa da 48ª Legislatura (1988), depois de ser aprovada em dois turnos de

discussão e votação, pela maioria absoluta dos membros da assembléia.

A simplicidade do texto, enviado pelo presidente da República, no entanto, já suscitou, ontem mesmo, a necessidade de emendas. Duas delas serão feitas pelo presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, e dizem respeito ao funcionamento do Congresso durante o período constituinte e a necessidade de aprovação do texto em dois turnos, por maioria absoluta.

Ulysses Guimarães vê a necessidade de ser formada uma comissão mista de deputados e senadores, que cuide da legislação ordinária, a fim de que o País não pare, por falta de aprovação de medidas consideradas não-polêmicas. O deputado, em relação à aprovação do texto, pretende que ela seja feita numa primeira votação apenas por maioria simples. Somente numa segunda e definitiva votação, por maioria absoluta. O líder do governo na Câmara, Pimenta da Veiga, concorda com o presidente do seu partido, acreditando "não ser importante maioria absoluta, porque, sendo um ano constituinte, quárum não será problema.

O deputado João Gilberto

(PMDB-RS), considerado especialista em legislação e membro da comissão mista, acredita que muitas emendas serão feitas à proposta do Executivo. Prevê que os pontos mais emendados serão a questão da data de instalação da assembléia, e em relação à questão de aprovação por maioria simples ou absoluta. João Gilberto defende ainda que a própria Assembléia Constituinte se autoregule, o que na opinião do deputado evitaria a apresentação de muitas emendas a proposta do governo.

É a primeira emenda já foi apresentada ontem mesmo pelo PDS. Quer o partido de oposição que nas eleições gerais de 1988 — governadores e deputados — seja feito um plebiscito coordenado pelo TSE, a fim de verificar se o eleitorado brasileiro deseja que os deputados eleitos em 1988 participem ou não da Assembléia Constituinte. O líder do PDS na Câmara, Prisco Viana, não descartou a hipótese de seu partido apresentar novas emendas, pois acredita que há dúvidas quanto ao aspecto jurídico da convocação presidencial.

A comissão mista que vai estudar as emendas é for-

O efeito da Constituinte nos...

por Getúlio Bittencourt
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

atual emenda constitucional outorgada pela Junta Militar em 1969. E constatou que todas elas mantêm inalterados os grandes interesses ordenados pela concepção de Estado que emergiu com a Revolução de 1930.

Ele refere-se não só aos interesses econômicos, mas também aos sociais. Os líderes sindicais dos trabalhadores brasileiros são contra a intervenção do Estado nos sindicatos. Quando se fala com eles a respeito da pluralidade sindical, porém, a reação contrária é enérgica.

O grau de liberdade conferido à Assembléia Nacional Constituinte que deve instalar-se a 31 de janeiro de 1987 é impressionante. A Constituinte de 1946, por exemplo, funcionou com um

regimento que lhe foi outorgado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra. Mesmo o seu sistema interno de funcionamento foi enquadrado pelo Poder Executivo. Desta vez a Constituinte estabelecerá seus próprios limites.

É óbvio que sempre existem limites. Toda vez que congressistas ou constituintes legislaram sobre as Forças Armadas, no Brasil, até agora, produziu-se uma espécie de bom senso generalizado. Em seu livro "Em busca de identidade: o Exército e política no Brasil", Edmundo Campos Coelho lembra que o Congresso do Império chegou a confinar o Exército às fronteiras do País. Mas esse tipo de legislação durou pouco.

O fato é que a próxima Constituinte vai forçar a explicitação de interesses. Nesse sentido, um partido-frente como o PMDB provavelmente re-

formará seu perfil. As frentes políticas sustentam-se enquanto existe, fora delas, um adversário maior do que as diferenças internas. Hoje o PMDB ocupa dois terços dos cargos no Poder Executivo.

Seu tamanho terá contornos delineados com a eleição no próximo mês de novembro. Então se saberá que espaços o PMDB ganhou e, sobretudo, qual o PMDB que ganhou. Se for a facção conservadora, representada pelo secretário geral da Executiva Nacional, Roberto Cardoso Alves, sabe-se que os moderados pedirão postos no governo Sarney.

O presidente evita comprometer-se, porque sabe que o atual quadro partidário será diferente em novembro deste ano e muito mais diferente em novembro de 1986. Apesar disso, o presidente age como o mais impecável dos pemedebistas.

mada pelos deputados Gorgônio Neto, Bonifácio de Andrada e Siqueira Campos do PDS; Nadir Rosseti pelo PDT; pelo PMDB fazem parte os deputados João Agripino, João Gilber-

to, Flávio Bierrenbach (relator), Milton Reis e Luis Henrique. Os senadores que fazem parte da comissão mista são: Helvídio Nunes (presidente), Aloysio Chaves e Otávio Cardoso,

pelo PDS; pela Frente Liberal, Carlos Chiarelli, Aderbal Jurema e Nivaldo Machado; do PMDB, Hélio Gueiros, José Inácio Ferreira, Alfredo Campos e Alcides Saldanha.